



**Eleição crítica em uma conjuntura crítica? Evidências  
derealinhamento parcial do sistema partidário brasileiro**

Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar)

Luís Gustavo Locatelli (UFSCar)

Qual foi o significado do pleito de 2016 para o sistema partidário brasileiro considerando o contexto de crise econômica e política? Para respondermos essa pergunta e identificarmos eventuais alterações sistêmicas, vamos comparar esse pleito aos anteriores, tanto em relação às estratégias partidárias como no tocante ao comportamento eleitoral. Em consonância com análises recentes das democracias europeias afetadas pelas crises econômicas, dois conceitos serão mobilizados: o primeiro é o de *eleições críticas*, isto é, a ocorrência de uma alteração significativa na força relativa dos partidos de um sistema partidário, na qual sinaliza um novo alinhamento durável. O segundo é o de *eleições desviantes*, ou seja, pleitos nos quais as lealdades partidárias não chegam a ser modificadas, mas fatores extraordinários (personalidade dos candidatos, ocorrência de acidentes, etc) intervêm no processo, temporariamente, para derrotar o partido, ou coalizão de partidos, que vem obtendo sucesso eleitoral por mais tempo. (Key, 1955; Norris e Evans, 1999).

**Palavras Chaves:** eleição crítica, sistema partidário brasileiro, realinhamento pleito de 2016

## Introdução

Parcela significativa da literatura aponta para crescente consolidação do sistema partidário brasileiro, tanto nas arenas governativas como eleitoral. O ciclo que, grosso modo, iniciou-se com o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1994), passando pelos governos Lula até reeleição de Dilma Rousseff (2014), apresentou evidências de estabilização, tanto na perspectiva da estrutura de competição, como no estabelecimento dos laços dos partidos com o eleitorado, impactando, com efeito, no comportamento eleitoral (Braga, 2010; Braga e Pimentel, 2011; Braga, Ribeiro e Amaral, 2012).

Na arena eleitoral, o elemento frequentemente elencado como um dos principais indutores de tal equilíbrio é o eixo gravitacional impingido pela disputa presidencial diante das demais – especialmente pela bipolaridade PT e PSDB – coordenando o estabelecimento de diferentes alianças e estratégias nos estados e/ou nas eleições proporcionais, além de oferecer ao eleitorado opções de agendas com políticas razoavelmente distintas (Limongi e Cortez, 2010). A vitória de Lula em 2002 apresentou alternância com transição bem sucedida de uma coalizão de centro-direita para outra de centro-esquerda, que obteve mais três vitórias consecutivas em eleições competitivas.

Contudo, a recente combinação de crises econômica e política colocam incertezas na dinâmica de estabilidade que se desenvolveu nos últimos vinte anos. O sistema político, notadamente impactado desde os protestos de Junho de 2013, assimila uma conjunção de dilemas, choques externos e mudanças internas, tais como: recessão econômica prolongada, intensificação dos protestos de rua, casos de corrupção e a operação Lava Jato, além do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

Dentre os desdobramentos esperados, assinala-se desde apenas um interregno conjuntural com o eventual retorno da situação pré-crise – com retomada da bipolaridade – até alterações abruptas e relevantes, que podem apresentar efeitos de longo prazo no sistema partidário, por exemplo, alterando profundamente a estrutura de competição. Portanto, ocorreriam alterações na correlação de forças, composição dos competidores, novas alianças, com o eventual desaparecimento e a ascensão de novos atores partidários, além de alterações das regras do jogo etc.

Diante disso, as eleições de 2016 foram as primeiras realizadas no contexto de crise, e nesse sentido podem ter sofrido impactos somente conjunturais, efeitos de

uma conjuntura crítica. Outra possibilidade seria a ocorrência de algo mais contundente, com sinalização para alterações de feição mais estrutural, evidenciadas tanto nas estratégias dos partidos como no comportamento do eleitorado.

Assim, tomando como parâmetro as eleições municipais de 2008 e 2012, emergem as seguintes questões a serem desenvolvidas neste *paper*:

1-) Houve alteração no padrão de lançamento de candidaturas pelos partidos, com possível aumento de estreantes ou queda na oferta de candidatos? Formou-se algum novo padrão de coligações entre os partidos nos municípios? Qual o impacto para os partidos da redução do tempo de campanha e da proibição da doação eleitoral por empresas?

2-) Houve alterações profundas no desempenho eleitoral dos partidos? Considerando o impeachment, o que teve mais impacto no desempenho eleitoral do PT: aspectos nacionais como a avaliação do partido e de seus principais quadros; saída de quadros do partido após denúncias da Lava Jato; elementos econômicos tais como desemprego e redução da renda, ou ainda questões municipais, tais como avaliação dos prefeitos?

Nosso argumento é o de que diante da crescente instabilidade política provocada pelas crises econômica e política em que se auto alimentaram ao longo dos últimos anos, houve mudanças importantes tanto nas estratégias dos dirigentes partidários para as disputas eleitorais de 2016, buscando a sobrevivência em ambiente de maior imprevisibilidade, quanto no apoio do eleitorado aos atuais partidos políticos. Supomos que tais evidências revelarão que tivemos uma eleição crítica que levou a um realinhamento parcial do sistema partidário atual.

Para verificar nosso argumento estruturamos este artigo em três seções. Na seção seguinte discutimos os principais fundamentos e pressupostos teóricos que nortearão esta análise. Na terceira, discutimos a trajetória e as transformações do Sistema partidário brasileiro e contextualizamos a eleição de 2016, com foco na crise econômica e política. Já na quarta seção analisamos as implicações das eleições de 2016 no sistema partidário, em comparação com a de 2012 e 2008, no que diz respeito às estratégias partidárias de competição quanto às candidaturas, padrão de coligações bem como ao uso do tempo de TV e a proibição de recursos empresariais. Na quarta seção investigamos o impacto do pleito de 2016 no desempenho eleitoral dos principais partidos, em geral, e do PT, em particular. Por fim, na última seção

examinamos as consequências dos resultados observados para o suposto realinhamento do sistema partidário brasileiro aqui defendido.

## **1. Considerações teóricas sobre tipos de eleições e seu impacto nas transformações do sistema partidário**

A referência na literatura especializada acerca dos tipos de eleições classificadas como “*críticas*” ou “*desviantes*” de um sistema de representação política qualquer designam como tal fenômenos distintos e que variam de sentido conforme as regiões geográficas. Key (1955) define eleições críticas como aquelas em que os resultados revelam uma mudança nas clivagens pré-existentes com efeitos duradouros. As causas das alterações podem ser diversas, nos Estados Unidos isso significa uma alteração dos vínculos de determinados grupos de eleitores com certo partido.

O grande exemplo histórico foi a transferência do eleitorado negro – “o voto negro” – fiel ao Partido Republicano, demonstrando lealdade ao partido de Lincoln, para o Partido Democrata, após os primeiros anos das políticas do *New Deal*. Na primeira eleição de Franklin Delano Roosevelt em 1932, “o voto negro” ainda foi largamente conferido ao Partido Republicano, mas já em 1936 transferiu-se massivamente para os Democratas, vínculo que ainda reverbera fortemente no contexto eleitoral dos EUA (Macadame e Tarrow, 2011).

No contexto europeu, o conceito de eleições críticas também possui forte relevância analítica, porém de uma perspectiva distinta, visto que encontra-se menos atrelado à identificação partidária (*partisanship*) e seus vínculos com a dinâmica de longo prazo de alterações das clivagens sociais do eleitorado. Nesse sentido, os elementos vinculados propriamente à competição eleitoral dentro de uma eleição específica ganham proeminência analítica; acrescentando outras variáveis, tais como estratégias eleitorais dos partidos e ascensão de novos partidos, consequentemente enfatizando também possíveis transformações no sistema partidário.

Inspirados em Key (1955), Norris e Evans (1999) ao analisar uma longa série de pleitos em regimes parlamentaristas, apontaram as eleições inglesas de 1997 como críticas, os autores propõem uma distinção analítica de dois tipos de eleições: 1-) *Eleições críticas*: “those exceptional contests that produce abrupt, significant and durable realignments in the electorate with major consequences for a long term party order” 2-) *Eleições desviantes*: “when “dissatisfied voters [...]

defecttemporarilytominorparties”, na qual os efeitos são conjunturais (Norris e Evans 1999, p.28).

Ainda de acordo com Norris e Evans (1999) a diferença entre eleições desviantes e críticas está na constituição de modo estável de uma nova maioria – com a constituição de um novo gabinete. Em síntese, eleições críticas podem ser amplamente definidas pela substituição dos vínculos constituídos entre os partidos e o eleitorado, produto de diferentes causas, tais como alterações nas próprias percepções do eleitorado, tanto quanto nas estratégias das elites políticas ou outros atores institucionais. (Key, 1955; Abramowitz e Saunders 1998; Macdonald e Rabinowitz, 1987, Norris e Evans, 1999).

Os desenvolvimentos e aplicações mais recentes do conceito de eleições críticas aconteceram na esteira dos impactos da crise de 2008 na Europa, especialmente nas democracias mais afetadas pela recessão e as políticas de austeridade – Grécia, Portugal, Itália e Espanha. O contexto de forte crise econômica e política possibilitou, de um lado, a emergência de novos partidos, e de outro, impactou no comportamento eleitoral, dissolvendo lealdades partidárias historicamente constituídas com setores específicos do eleitorado.

O caso espanhol é bastante sintomático, Cordero e Montero (2015) argumentam que as eleições de 2014 representaram uma ruptura com a punição pelo eleitorado dos principais partidos – o PSOE e o PP. De acordo com os autores, ambos foram avaliados como incapazes de lidar com a crise econômica, quebrando a confiança com políticas rígidas de austeridade, além do envolvimento em casos de corrupção. Em razão disso, os partidos menores e de esquerda obtiveram votação expressiva, especialmente pela entrada do *Podemos*, que estreia em eleições e se transforma na quarta força política representada no parlamento, obtendo o total de cinco cadeiras, e recebendo cerca de expressivos um milhão de votos (Cordero e Montero, 2015 p.365). A fragmentação partidária cresceu fortemente, o número de partidos efetivos saltou de 2,6 no pleito de 2011 para 6,8 em 2014, praticamente dissolvendo o bipartidarismo espanhol (Cordero e Montero, 2015, p.358).

Outro caso análogo de eleições críticas em ambientes de crise política e econômica em meio a fortes movimentos sociais são as eleições na Grécia. De acordo com Teperoglou *et al.* (2015, p.333) as eleições locais de 2010 anunciaram uma série de mudanças, como a emergência dos partidos antissistema, principalmente de extrema direita – Estrela Dourada, algo que resultaria no fim do bipartidarismo em

2012, que durou cerca de quarenta anos após o fim do Regime dos Coronéis em 1967. Nessa eleição, o SYRIZA foi alçado à segunda força política no parlamento, ultrapassando o partido governista PASOK (Movimento Socialista Pan-Helênico) punido pelo eleitorado como um dos principais responsáveis pelas políticas de austeridade.

A emergência de partidos menores vinculados às novas demandas, sensibilizaram os eleitores diante do cenário de crise aguda, resultando na conquista da maioria pelo SYRIZA em 2015. Ainda de acordo com (Teperoglou *et al*, 2015, p,351) após o período de extrema fluidez e instabilidade, o novo sistema partidário grego já apresenta alguns indícios de estabilização.

Outros exemplos podem ser enumerados, como o sucesso eleitoral do M5S na Itália e o Partido Pirata na Islândia. Enfim, o conceito de eleições críticas aparece no debate recente vinculado aos cenários das graves crises políticas e econômicas sofridas pela periferia europeia, normalmente combinando alterações nas lealdades eleitorais e a emergência de novos partidos, além da punição eleitoral das forças mais tradicionais, principalmente quando no governo.

Mas, objetivando diferenciar empiricamente eleições críticas, com ocorrência de realinhamento, daquelas apenas desviantes é necessário verificar se o elemento disruptivo do equilíbrio e da lealdade anteriores entre os partidos constituídos e eleitorado é persistente ou somente conjuntural. Nos casos acima apresentados cabe o uso do conceito eleições críticas, mesmo diante da ocorrência do chamado “voto econômico” como punição aos governos, pois os novos partidos são elementos perenes no cenário político de cada democracia e contam com uma base de apoiadores razoavelmente sólida (Scotto, 2012; Onnudottir, Schmitt e Harðarson, 2016).

No contexto da América Latina, Carreras et alii (2013) estudando situações classificadas como de “alinhamento”, “realinhamento” ou de “desalinhamento” dos sistemas partidários dessa região, defendem categorias intermediárias entre esses processos tradicionais de mudanças, independentemente do nível de institucionalização ou outros traços do sistema. Para eles, as categorias intermediárias são mais adequadas aos casos em que um ou mais partidos têm suporte eleitoral consistente, mas um grande número de eleitores não se define constantemente por um único partido. Caso de grande parte dos sistemas partidários latino-americanos da terceira onda democrática.

Esses autores, assim, propõem nova tipologia para avaliar esses sistemas partidários,

cujas categorias seriam alinhado, parcialmente alinhado ou não alinhado. Entre essa última categoria poderíamos ter casos de realinhamento, ou realinhamento parcial, bem como desalinhamento ou desalinhamento parcial. Incorporam, portanto, a possibilidade de mudanças em todas as etapas da evolução dos alinhamentos partidários. Nesse sentido, é possível observarmos que um eleitorado não alinhado pode permanecer desalinhado ou se alinhar parcialmente ou totalmente ao longo de uma série de eleições. Já a categoria dos sistemas alinhados, um eleitorado alinhado pode desalinhar completamente (se a grande maioria dos eleitores renunciar a suas lealdades partidárias) ou parcialmente (se uma parte do eleitorado se desalinhar enquanto a outra permanece alinhada de forma estável aos partidos existentes). Essa tipologia ainda captura os possíveis cenários de realinhamento, que podem ser resultado de mudanças entre os partidos existentes ou mudanças no suporte eleitoral para um novo partido programático. Já o realinhamento partidário pode ocorrer em uma "eleição crítica" ao levar ao surgimento de uma nova divisão partidária (Key, 1955), mas também pode se desenvolver gradualmente em uma série de eleições consecutivas. Esse último processo foi descrito como "realinhamento secular" (Key, 1959). Essa tipologia tem a vantagem de também proporcionar a identificação desses dois tipos de processos de realinhamento.

Para verificar a dinâmica dos sistemas partidários, segundo essa tipologia, são propostos seis indicadores: **volatilidade eleitoral total, mudança no apoio aos dois maiores partidos, apoio eleitoral dos partidos novos e outsider, % de votos inválidos (nulos e brancos), apoio eleitoral dos três maiores partidos**. De acordo com os autores, um único indicador não é suficiente para dar conta da análise da evolução dos sistemas partidários analisados, mas somente a combinação dos 6 indicadores.

## **2. Considerações sobre as transformações do Sistema partidário brasileiro: de como chegamos às eleições críticas de 2016 com realinhamento parcial**

Após o período de reorganização, em fins dos anos 1980, o sistema partidário brasileiro começou indicar padrões de acomodação de seus principais partidos políticos, resultando na estabilidade política que perduraria até as eleições de 2014. Mais precisamente, com as eleições gerais de 1994 e a vitória da coalizão de centro-

direita, encabeçada pelo PSDB, reeleita no pleito seguinte, o sistema partidário nacional passou a apresentar uma dinâmica bipolarizada. Na oposição, permaneceu a coalizão de centro-esquerda liderada pelo PT até o pleito de 2002, quando assumiu o governo por mais três mandatos consecutivos (2006, 2010, 2014). Embora tenha vencido também essa última eleição, com o resultado mais apertado de todas as eleições analisadas<sup>1</sup>, confirmando, assim, o fortalecimento da oposição em sua tentativa de retornar ao governo nacional, a presidente eleita Dilma Rousseff ficou no poder até agosto de 2016, quando foi impedida de continuar governando. No seu lugar assumiu o seu vice, Michel Temer (PMDB-SP), artífice junto, com o principal articulador, ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e a oposição, do segundo *impeachment* realizado nesta experiência de democracia competitiva.

Nas outras disputas, até os primeiros anos 2000, já foi observado que os maiores partidos tenderam a se nacionalizar enquanto os pequenos partidos permaneciam inclinados à regionalização (Roma e Braga, 2002, Braga, 2006). Mas, paulatinamente, as lógicas de competição nos estados passaram a apresentar cada vez mais padrões semelhantes aos identificados em nível nacional, contribuindo para maior estabilidade do sistema. Outra evidência nessa direção foi a diminuição nas taxas de volatilidade eleitoral (Bohn e Paiva, 2007). Importante reafirmar, portanto, que uma característica fundamental do sistema partidário brasileiro, observada mais intensamente até o pleito de 2010, foi o aumento da ação coordenada e congruente entre lideranças dos maiores partidos e boa parte dos partidos menores que gravitam em seu entorno, resultando na elevação de um alinhamento relativamente estável do plano nacional com o subnacional. Como vimos em seção anterior, o alinhamento estável de um sistema partidário é caracterizado por um período eleitoral marcado pela "constância nas coligações partidárias e no equilíbrio partidário agregado" (Dalton et al., 1984: 11), inalterados ao longo de uma série de eleições.

Mas, nas últimas duas eleições (2014 e 2016) alguns elementos endógenos e, outros exógenos, vem afetando tanto aquele padrão bipartidário de competição nacional entre os partidos territorialmente quanto o equilíbrio e as lealdades entre eles

---

<sup>1</sup>Nas eleições de 2014 no primeiro turno a candidata do PT, a ex-ministra da Casa Civil Dilma Rousseff, obteve 41,6%, o candidato do PSDB, senador Aécio Neves, conseguiu 33,5% e a candidata do PV, ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva, logrou 21,3%. No segundo turno, a candidata petista conseguiu 51,6% dos votos contra apenas 48,4% do concorrente do PSDB, uma diferença de pouco mais de 3% dos votos válidos (ou 3,4 milhões de votos de diferença).



e o eleitorado nacional, surgindo sinais de um realinhamento parcial. Tendência que, seguramente, somente poderemos testar com mais segurança com a realização do pleito de 2018. Entre os fatores endógenos disruptivos da estabilidade do sistema de partidos estão justamente as rachaduras no formato de competição bipartidária pela Presidência da República, iniciado em 1994, quando o PSDB e o PT passaram a protagonizar essas disputas, atraindo para suas esferas de influência parte expressiva dos demais partidos. As clivagens *governismo* e *oposição situação* nortearam preferências dos atores políticos no que se refere a articulação de coligações eleitorais e coalizões governamentais e, conseqüentemente, a distribuição de incentivos e recursos oriundos tanto do Estado quanto do mercado.

Já entre os fatores exógenos, um elemento fundamental diz respeito a perda cada vez maior de apoio eleitoral dos partidos, em geral, e, aos maiores partidos, em particular, produzindo, no pleito de 2014, a Câmara dos Deputados mais fragmentada do período analisado. Conforme classificação de Braga (2016:50), se, em 1982 predominou o bipartidarismo anterior, com o PDS e PMDB mantendo-se como os maiores partidos, de 1986 até 1994, o PMDB e o PFL ocuparam essa posição. Em 1998, contudo, três partidos fazem parte dessa categoria (DEM, PSDB e PMDB). Com a alternância de grupo político na Presidência da República nas eleições de 2002, voltamos a ter dois grandes partidos no controle da Câmara: PT e DEM. No pleito seguinte, em 2006, o PMDB e o PT ocuparam essa posição e, em 2010, apenas o PT se manteve nessa categoria. Já em 2014, PT, PSDB e PMDB passaram a categoria de partidos médios, enquanto o DEM caiu para a categoria de partido pequeno. Mas a categoria que teve o maior aumento foi a dos micropartidos, passando de 7, em 2010, para 12 micropartidos com representação na Câmara em 2014, redundando em 28 partidos com cadeiras naquela Casa.

Outro fator disruptivo exógeno do sistema partidário está relacionado com a Operação Lava Jato conduzida pela Polícia Federal e o Ministério Público Federal, iniciada em março de 2014 e, ainda, em andamento. A revelação do esquema de corrupção na Petrobras, nas maiores empresas de construção do país (Odebrecht, OEA, Camargo Correa, Andrade Gutierrez, entre outras) e, posteriormente, em empresas de proteína animal (J&F e JBS) envolvendo vários quadros da elite política brasileira, boa parte vinculada à base de sustentação dos governos petistas, contribuiu para deteriorar ainda mais a avaliação negativa de parte considerável da opinião

pública sobre os partidos políticos, aumentando ainda mais os índices de apartidarismo identificados nas manifestações de 2013 no país.

Argumentamos que todos esses fatores disruptivos vêm afetando o sistema partidário, e que no pleito de 2016 mais evidências surgiram no sentido de termos uma das eleições mais crítica de toda a história democrática recente, redundando num realinhamento parcial das forças políticas. Embora, o desempenho dos partidos no pleito nacional de 2014 já indique o sentido dessas mudanças, o pleito municipal de 2016 deve confirmar tanto a substituição dos vínculos constituídos entre partidos relevantes, como o PT, e o eleitorado, como as alterações nas próprias percepções do eleitorado, e, ainda, as mudanças nas estratégias competitivas das elites políticas.

## **2.1 As eleições de 2016 e a crise política e econômica**

As eleições municipais de outubro 2016 ocorreram sob as crises política e econômica, aprofundadas pelas seguidas acusações de políticos de diversos partidos da situação e da oposição envolvidos nos esquemas de corrupção desvendados pela Operação Lava Jato e a cassação do mandato da ex-presidente Dilma Rousseff pelo plenário do Senado, cujo processo se iniciou em dezembro de 2015 e se encerrou em agosto de 2016<sup>2</sup>. O principal argumento que levou ao *impeachment* foi a alegada continuidade, em 2015, da prática das pedaladas fiscais pelo Executivo, que, ao contrariar a Lei de Responsabilidade Fiscal tipificaria uma ação de improbidade administrativa.

No que diz respeito à crise política outro fator relevante para o seu acirramento foi a tentativa da oposição, liderada pelo PSDB, de não aceitar o resultado da eleição presidencial de 2014, alargando a instabilidade política. Diante da derrota por poucos mais de 3% dos votos, o candidato PSDB, o senador Aécio Neves, além de permanecer em estado de campanha permanente, entrou com pedidos de verificação do resultado das eleições no TSE, ameaçando ainda mais a relativa estabilidade política dos últimos anos. Esse clima de desconfiança institucional também acabou incentivando a reação da sociedade civil, levando para as ruas movimentos pro-

---

<sup>2</sup>Em agosto de 2015 o plenário do Senado condenou Dilma Rousseff à perda de seu cargo por 61 votos a 20. Houve uma segunda votação para decidir se Dilma deveria perder seus direitos políticos, com placar de 42 votos favoráveis e 36 desfavoráveis. Como houve três abstenções e seriam necessários 54 votos a favor, consequentemente ela não perdeu os direitos e ainda poderia se candidatar a cargos públicos. Informações do site G1 retiradas no dia 24/09/2017 <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/senado-aprova-impeachment-dilma-perde-mandato-e-temer-assume.html>

governo e contrários, expressando a polarização popular que perduraria até a saída da presidente do governo.

O terceiro governo petista começou com a ex-presidente Dilma isolada seja por parte de sua própria base de apoio, que resolveu apoiar a candidatura de Eduardo Cunha para a presidência da Câmara em fevereiro de 2015<sup>3</sup>, seja pelo seu próprio vice-presidente Michel Temer, que paulatinamente passaria a fiador da articulação, com o próprio Cunha, o Centrão e a oposição, visando o impedimento da presidente Dilma e, mais adiante, o próprio governo de transição. Importante salientar que, com o comando das Casas congressuais nas mãos de peemedebistas, e sendo o Eduardo Cunha uma dessas lideranças, desafeto da ex-presidente Dilma Rousseff, com quem sempre teve uma relação difícil no primeiro mandato, quando comandou embates emblemáticos contra o governo, como a aprovação da PEC que acabou com a CPMF, a MP dos portos e do Marco Civil da Internet, conformava-se um PMDB muito fortalecido e, assim, cada vez mais independente do Planalto, tornando-se um dos seus principais inimigos no Legislativo com a votação das chamadas agendas “bombas”, por gerar mais despesas públicas em um momento de ajuste fiscal e do próprio impeachment. Em outras palavras, com a saída do PMDB da Câmara, carregando os partidos que compunham o Centrão, da base do governo e a apresentação de uma agenda própria de votações, o Executivo passou a não mais contar com um centro de equilíbrio no Congresso, levando a paralisia decisória. Um fator que colaborou para chegar a essa situação foi o fato de o PT também ter ficado sem nenhum cargo na Mesa Diretora, por conta da negociação pelo apoio do PR e PSD ao candidato petista na disputa pela presidência da Câmara, quando também perdeu o comando de comissões importantes, como a cobiçada Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Ao lado dos problemas de governabilidade para passar os impopulares ajustes fiscais, a ex-presidente Dilma foi acumulando altos níveis de desaprovação popular com o agravamento dos indicadores econômicos ao longo do ano. Aos poucos, políticas voltadas para a redução da pobreza, a mobilidade social e o desenvolvimento

---

<sup>3</sup>O deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) venceu no primeiro turno o candidato do PT, Arlindo Chinaglia (SP), se elegendo presidente da Câmara dos Deputados com 267 votos, contra 136 do petista. O deputado Júlio Delgado (PSB-MG), que disputou pela oposição (PSDB/PPS/PV), teve 100 votos. Dados retirados de O Globo no dia 24/09/2017 <https://oglobo.globo.com/brasil/eduardo-cunha-derrota-governo-e-eleito-presidente-da-camara-15214504#ixzz4tbopnW1A>

econômico do Brasil foram enfrentando obstáculos, como a recessão, a inflação e o desequilíbrio fiscal. Assim, se durante a campanha eleitoral de 2014, parcela do eleitorado ainda não tinha associado o governo aos problemas econômicos que começaram a aparecer mais fortemente com o acirramento da crise econômica no ambiente interno, entre os quais o aumento do desemprego. Com a nomeação do ministro Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda, adepto do receituário liberal, indicando a mudança de rumo do governo, a decepção tomou conta de parcela considerável do eleitorado mais próximo do campo petista, que passou a criticar e a buscar evitar os inevitáveis ajustes fiscais. Configurando-se, assim, conjuntura marcada pela progressiva perda de credibilidade da ex-presidente e do PT, reforçada pela avaliação, de setores políticos da oposição e da economia, bem como da mídia nacional, de sua incapacidade de liderança e traquejo político com o Legislativo.

### **3. Competição Política em Cenário de Crise: Lançamento de Candidaturas e Coligações**

Em busca de avaliar como os partidos traçaram suas estratégias competitivas na arena eleitoral, identificar eventuais discontinuidades, ou ainda tendências de realinhamento nas eleições de 2016, analisaremos, primeiro, o lançamento de candidaturas para prefeitos e vereadores considerando as três últimas eleições, com ênfase nos principais atores partidários: PT, PSDB e PMDB. A tabela I demonstra que o número de candidaturas dos partidos é o mais pulverizado desde 2008.

No PMDB e PSDB há relativa estabilidade da capacidade de lançamento candidaturas, com sinais de pequeno declínio entre as eleições de 2012 e 2016, cerca de 1% no PMDB e 2% no PSDB. Em contraste, no PT há evidências de contração mais acentuada, tendência também notada por análises que apontam a migração de candidaturas para prefeitos, especialmente com a saída de candidatos do PT para os partidos de centro-direita (Specket *al*, 2017).

Ao observarmos longitudinalmente, a chegada ao executivo nacional aumentou a capacidade do PT em lançar candidatos, tendência revertida no último pleito. Entre os partidos médios de direita, apenas o DEM manteve seu declínio também no nível local, com o PP, PR, PTB e, mesmo o novato, PSD, mantendo relativa estabilidade na apresentação de candidatos. O mesmo

movimento estratégico sendo observado também nos partidos de centro esquerda, ou seja, o PSB e o PDT. Acerca dos partidos menores e micro partidos (“outros” na tabela 1), houve crescimento linear no lançamento de candidaturas, apresentando um aumento considerável de 11% entre as eleições de 2012 e 2016. Assim, o declínio do PT diversificou a oferta de candidaturas entre diversos partidos, especialmente os pequenos e médios, e não significou ganhos expressivos de capacidade concentrados nos outros grandes partidos: PMDB e PSDB.

Tabela I. Número de candidaturas para prefeito e vereador (2008-2016)

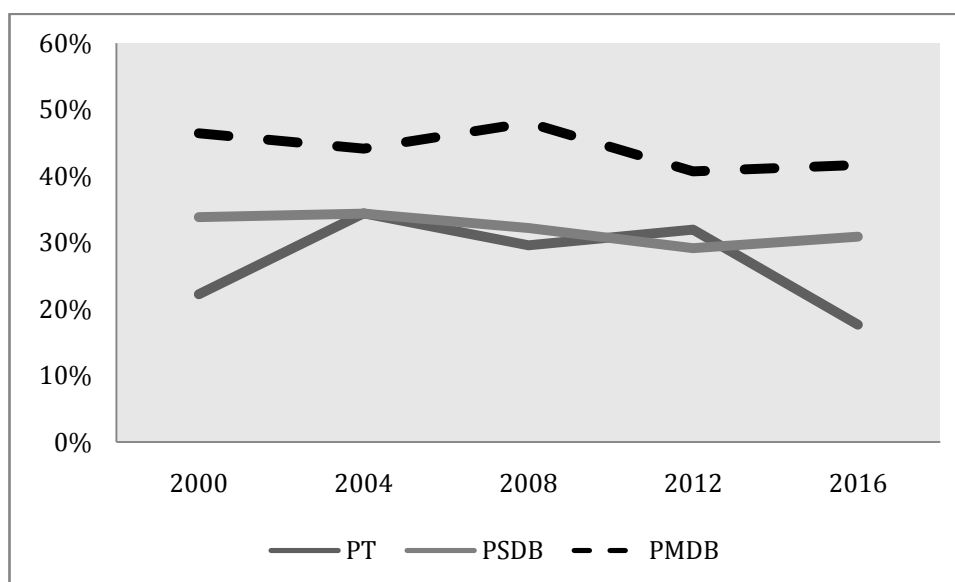
|               | Prefeitos |     |        |     |       |    | Vereadores |     |         |     |         |     |
|---------------|-----------|-----|--------|-----|-------|----|------------|-----|---------|-----|---------|-----|
|               | 2008      |     | 2012   |     | 2016  |    | 2008       |     | 2012    |     | 2016    |     |
| Partidos      | N         | %   | N      | %   | N     | %  | N          | %   | N       | %   | N       | %   |
| <b>PMDB</b>   | 2.648     | 17  | 2.258  | 15  | 2.280 | 14 | 37.297     | 11  | 40.640  | 10  | 38.490  | 9   |
| <b>PSDB</b>   | 1.776     | 12  | 1.621  | 11  | 1.686 | 11 | 29.363     | 9   | 32.127  | 9   | 31.178  | 7   |
| <b>PT</b>     | 1.630     | 11  | 1.779  | 12  | 960   | 6  | 30.491     | 9   | 38.784  | 8   | 20.890  | 5   |
| <b>DEM</b>    | 1.234     | 8   | 729    | 5   | 696   | 4  | 24.486     | 7   | 20.717  | 5   | 19.339  | 4   |
| <b>PSD</b>    | -         | -   | 1.092  | 7   | 1.316 | 8  | -          | -   | 21.703  | 5   | 25.768  | 6   |
| <b>PP</b>     | 1.203     | 8   | 1.074  | 7   | 1.122 | 7  | 24.008     | 7   | 27.390  | 7   | 24.667  | 6   |
| <b>PR</b>     | 911       | 6   | 706    | 5   | 740   | 5  | 19.197     | 6   | 20.555  | 5   | 20.061  | 5   |
| <b>PSB</b>    | 881       | 6   | 1.033  | 7   | 1.044 | 7  | 19.024     | 6   | 23.956  | 6   | 23.758  | 5   |
| <b>PTB</b>    | 1.004     | 7   | 819    | 5   | 719   | 5  | 22.186     | 7   | 23.339  | 6   | 19.958  | 5   |
| <b>PDT</b>    | 979       | 6   | 837    | 6   | 896   | 6  | 21.697     | 7   | 24.885  | 6   | 23.075  | 5   |
| <b>Outros</b> | 12.266    | 19  | 3.179  | 21  | 4.439 | 27 | 102.881    | 31  | 146.498 | 33  | 190.605 | 44  |
| <b>TOTAL</b>  | 15.142    | 100 | 15.127 | 100 | 15797 |    | 330.630    | 100 | 420.594 | 100 | 437.789 | 100 |

Fonte: Elaboração dos autores com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Além disso, verifica-se que o PT deixa as eleições de 2016 com a capacidade de lançamento de candidaturas similar às eleições municipais dos anos 2000 – nota-se ainda que esse declínio é ainda mais acentuado considerando as candidaturas para prefeitos. Porém, isso não significou tendência de crescimento expressivo da capacidade de lançamento de

candidatos pelo PMDB e o PSDB, como demonstra o gráfico I (no caso das eleições para vereadores o comportamento das curvas é análogo):

**Gráfico I. Número de Candidaturas a Prefeito do PMDB, PSDB e PT - 2000 a 2016 (%)**



Fonte: Elaboração dos autores com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

No que diz respeito ao número de chapas com coligações, há clara tendência de expansão do uso dessas estratégias pelos partidos políticos. Ao verificarmos os cinco partidos que mais lançaram listas sem coligações durante as três últimas eleições municipais, nota-se que não houve grandes alterações, além da queda expressiva do número de “chapas solitárias”. De facto, em âmbito local, a estratégia das coligações tem sido, progressivamente, utilizada tanto nas eleições majoritárias como nas proporcionais. Embora o PT tenha reduzido o número geral de candidaturas, isso não impactou no volume de coligações; pelo contrário, o partido reduziu em números absolutos e relativos as chapas isoladas. Na contramão da maioria dos partidos, o PSOL tem consolidado uma estratégia isolacionista, embora não repita os padrões petistas da década dos 90 (Ribeiro, 2010). Em face da crise do PT, a principal dissidência e a alternativa de esquerda, opta claramente pelo aprofundamento do isolamento na tessitura das alianças locais.

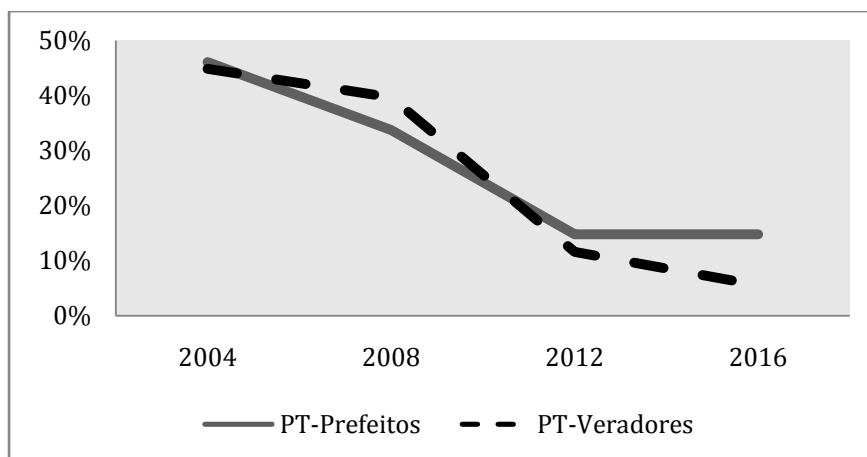
**Tabela II. Partidos com maiores chapas sem coligações entre 2008 e 2016.**

| <b>Ranking</b>    | <b>2008</b> |        |      | <b>2012</b> |        |      | <b>2016</b> |        |      |
|-------------------|-------------|--------|------|-------------|--------|------|-------------|--------|------|
| <b>Vereadores</b> | Partidos    | chapas | %    | Partidos    | chapas | %    | Partidos    | Chapas | %    |
| <b>1º</b>         | <b>PMDB</b> | 3138   | 5,4  | <b>PT</b>   | 588    | 1,6  | <b>PMDB</b> | 412    | 1,1  |
| <b>2º</b>         | <b>PSDB</b> | 2851   | 4,9  | <b>PMDB</b> | 521    | 1,4  | <b>PSOL</b> | 387    | 1,1  |
| <b>3º</b>         | <b>PP</b>   | 2622   | 4,5  | <b>PSDB</b> | 368    | 1    | <b>PSDB</b> | 279    | 0,8  |
| <b>4º</b>         | <b>PT</b>   | 2584   | 4,5  | <b>PSOL</b> | 362    | 1    | <b>PT</b>   | 234    | 0,6  |
| <b>5º</b>         | <b>DEM</b>  | 2476   | 4,3  | <b>PP</b>   | 312    | 0,9  | <b>PP</b>   | 218    | 0,6  |
| <b>Total</b>      | -           | 36751  | 63,7 | -           | 5668   | 15,4 | -           | 4754   | 13,1 |
| <b>Prefeitos</b>  | Partidos    | chapas | %    | Partidos    | chapas | %    | Partidos    | Chapas | %    |
| <b>1º</b>         | <b>PMDB</b> | 937    | 3,6  | <b>PSOL</b> | 290    | 1,1  | <b>PSOL</b> | 345    | 1,3  |
| <b>2º</b>         | <b>PSDB</b> | 654    | 2,5  | <b>PT</b>   | 260    | 1    | <b>PMDB</b> | 147    | 0,5  |
| <b>3º</b>         | <b>PT</b>   | 634    | 2,4  | <b>PMDB</b> | 185    | 0,7  | <b>PT</b>   | 144    | 0,5  |
| <b>4º</b>         | <b>PP</b>   | 464    | 1,8  | <b>PSDB</b> | 117    | 0,4  | <b>PP</b>   | 102    | 0,4  |
| <b>5º</b>         | <b>DEM</b>  | 439    | 1,7  | <b>PP</b>   | 115    | 0,4  | <b>PDT</b>  | 89     | 0,3  |
| <b>Total</b>      | -           | 7998   | 22,7 | -           | 2315   | 8,8  | -           | 2481   | 9,3  |

Fonte: Elaboração dos autores com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Como demonstra o gráfico II, tanto no caso dos vereadores como dos prefeitos petistas, verifica-se uma trajetória de queda no lançamento de candidaturas isoladas ao longo do tempo, mantendo tal tendência inalterada também no pleito de 2016. Assim, os padrões de queda permaneceram inalterados, ainda que com certos sinais de estabilidade, considerando as candidaturas para prefeitos nos anos de 2012 e 2016.

### **Gráfico II. Proporção de candidaturas isoladas do PT ao longo do tempo (%)**



Fonte: Elaboração dos autores com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Cabe verificar, ainda, se houve continuidade também em relação aos padrões de coligação para eleições majoritárias municipais, observando, principalmente, a interação dos três maiores partidos entre si, e também em relação aos demais. Dessa forma, buscamos analisar se houve alguma mudança significativa de estratégia nas arenas competitivas locais, considerando as eleições de 2016, notadamente com ênfase no Partido dos Trabalhadores.

A tabela III demonstra as estratégias de composição de coligações do PT com outros partidos políticos. Como podemos notar, a tendência foi no sentido de redução das coligações petistas com os principais partidos. O declínio mais acentuado foi em relação ao PMDB, principal articulador da saída do PT do governo federal, seguido pelo PTB e o PR. As coligações do PT com o PSDB e o DEM também declinaram de forma relevante. Mas cabe salientar que entre os partidos na oposição aos governos petistas, os tucanos foram os que menos apoiaram candidaturas do PT enquanto o PSOL foi o único partido que apresentou ganhos de coligação com PT.

A queda do volume de coligações do PT ocorreu na direção da redução do apoio às candidaturas petistas por parte dos principais partidos, comparativamente à contração do apoio ofertado pelo PT às outras candidaturas ou chapas. Dados apontam forte isolamento do PT pelas demais legendas em 2016. A exceção a esse posicionamento foi observado pelo PSOL, único partido que aumentou seu apoio às coligações petistas. Assim, cabe notar que o PT não se mostrou resistente a compor coligações com partidos que executaram o impeachment da presidente Dilma Rousseff. Possivelmente, tal cálculo tenha sido



objetivando amenizar a eminente derrota eleitoral. Desse modo, o partido adota estratégias relativamente independentes nas arenas governativas nacionais e eleitorais locais.

**Tabela III. Variação entre o apoio dado e recebido pelo PT nas Coligações (2012-2016)**

| Partido     | 2012          |        |       | 2016          |        |       | Variação       |            |       |
|-------------|---------------|--------|-------|---------------|--------|-------|----------------|------------|-------|
|             | Recebeu Apoio | Apoiou | TOTAL | Recebeu Apoio | Apoiou | TOTAL | Apoio Recebido | Apoio Dado | TOTAL |
| <b>PMDB</b> | 414           | 811    | 1225  | 157           | 648    | 805   | -257           | -163       | -420  |
| <b>PP</b>   | 342           | 229    | 571   | 160           | 295    | 455   |                | +66        | -116  |
| <b>PSD</b>  | 321           | 317    | 638   | 158           | 376    | 534   | -182           | +59        | -104  |
| <b>PR</b>   | 320           | 213    | 533   | 152           | 182    | 334   | -163           | -31        | -199  |
| <b>PDT</b>  | 471           | 276    | 747   | 214           | 312    | 526   | -168           | +36        | -221  |
| <b>PSDB</b> | 188           | 155    | 343   | 60            | 146    | 206   | -257           | -9         | -137  |
| <b>DEM</b>  | 166           | 88     | 254   | 55            | 57     | 112   | -128           | -31        | -142  |
| <b>PSB</b>  | 464           | 64     | 528   | 161           | 272    | 433   | -111           | +208       | -95   |
| <b>PTB</b>  | 348           | 246    | 594   | 148           | 202    | 350   | -303           | -44        | -244  |
| <b>PSOL</b> | -             | -      | 5     | 19            | 6      | 25    | -              | -          | +20   |

Fonte: Elaboração dos autores com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Em relação ao PSDB, como demonstra a tabela IV, percebe-se clara expansão das coligações para os executivos municipais, tanto com partidos de centro-direita, tais como o PR e o PSD; como aqueles de centro-esquerda, especialmente o PSB. De certo, a sólida aliança do eixo paulista PSDB-PSB repercutiu com impacto relevante no cenário local em vários municípios brasileiros. Em parte, isso reflete o ganho de espaço no PSB da ala paulista, alinhada com os interesses tucanos, após a morte de Eduardo Campos na campanha das eleições de 2014. Seguido do PT, os dois outros partidos que mais apresentaram variação negativa em termos de coligações com o PSDB são, respectivamente, o PTB e os Democratas.

**Tabela IV. Variação entre o apoio dado e recebido pelo PSDB nas Coligações (2012-2016)**

| Partido     | 2012          |        |       | 2016          |        |       | Variação       |            |       |
|-------------|---------------|--------|-------|---------------|--------|-------|----------------|------------|-------|
|             | Recebeu Apoio | Apoiou | TOTAL | Recebeu Apoio | Apoiou | TOTAL | Apoio Recebido | Apoio Dado | TOTAL |
| <b>PMDB</b> | 429           | 594    | 1023  | 408           | 589    | 997   | -21            | -5         | -26   |
| <b>PP</b>   | 548           | 351    | 899   | 552           | 332    | 884   | 4              | -19        | -15   |
| <b>PSD</b>  | 520           | 342    | 862   | 557           | 413    | 970   | 37             | 71         | 108   |
| <b>PR</b>   | 414           | 211    | 625   | 486           | 205    | 691   | 72             | -6         | 66    |

|             |     |     |     |     |     |     |     |     |     |
|-------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| <b>PDT</b>  | 394 | 216 | 610 | 412 | 204 | 616 | 18  | -12 | 6   |
| <b>DEM</b>  | 640 | 271 | 911 | 604 | 248 | 852 | -36 | -23 | -59 |
| <b>PSB</b>  | 385 | 258 | 643 | 557 | 256 | 813 | 172 | -2  | 170 |
| <b>PTB</b>  | 519 | 221 | 740 | 491 | 166 | 657 | -28 | 55  | -83 |
| <b>PSOL</b> | –   | –   | –   | 0   | 0   | 1   | 1   | 0   | 1   |

Fonte: Elaboração dos autores com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Por outro lado, em termos do PMDB, houve importante estabilidade nas estratégias de coligação, com movimento mais impactante localizado no distanciamento relativo em relação ao PT. Já o Democratas foi o partido com maior variação positiva em termos de coligações, notando-se uma dinâmica de maior aproximação com o PMDB, em face de indícios de distanciamento relativo dos tucanos, ao menos na cena local. Ou seja, o DEM tem optado por reduzir suas relações com PSDB, transitando de aliado preferencial para apenas mais um parceiro. Esses sinais de separação dos principais partidos conformadores até então do campo da centro direita do sistema partidário nacional poderá ser confirmada nas eleições de 2018, isto porque a um ano desse pleito presidencial já se especula candidaturas independentes. O resultado desse comportamento poderá levar à desestruturação desse campo que desde o pleito de 1994 vem se mantendo unido, o que resultará em importantes mudanças no arranjo das forças políticas à direita e ao centro. Outra tendência que sai dessas informações é a de que o centro poderá se fortalecer nas próximas eleições se o PMDB e PSDB aumentarem a dinâmica observada no nível municipal. Contrariamente, em termos de maior variação negativa, também é perceptível o descolamento do PTB em relação ao PMDB. É, ainda, notório que o PTB contraiu as coligações nos municípios em relação aos três maiores partidos.

**Tabela V . Variação entre o apoio dado e recebido pelo PMDB nas Coligações (2012-2016)**

| <b>Partido</b> | <b>2012</b>   |        |       | <b>2016</b>   |        |       | <b>Variação</b> |            |       |
|----------------|---------------|--------|-------|---------------|--------|-------|-----------------|------------|-------|
|                | Recebeu Apoio | Apoiou | TOTAL | Recebeu Apoio | Apoiou | TOTAL | Apoio Recebido  | Apoio Dado | TOTAL |
| <b>PP</b>      | 611           | 251    | 862   | 556           | 265    | 821   | -55             | 14         | -41   |
| <b>PSD</b>     | 523           | 321    | 844   | 488           | 330    | 818   | -35             | 9          | -26   |
| <b>PR</b>      | 545           | 174    | 719   | 555           | 193    | 748   | 10              | 19         | 29    |
| <b>PDT</b>     | 597           | 217    | 814   | 592           | 230    | 822   | -5              | 13         | 8     |
| <b>DEM</b>     | 564           | 193    | 757   | 604           | 203    | 807   | 40              | 10         | 50    |

|             |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
|-------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|------|
| <b>PSB</b>  | 509 | 321 | 830 | 536 | 289 | 825 | 27  | -32 | -5   |
| <b>PTB</b>  | 627 | 231 | 858 | 545 | 177 | 722 | -82 | -54 | -136 |
| <b>PSOL</b> | –   | –   | –   | 8   | 0   | 8   | –   | –   | –    |

Fonte: Elaboração dos autores com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Em síntese, em termos quantitativos, o volume geral de coligações aprofundou nas últimas eleições, o que pode ser verificado pela redução de chapas “solitárias” locais, considerando tanto as eleições proporcionais como majoritárias. Cabe destacar, em termos quantitativos, que o PT não reduziu o volume de coligações proporcionalmente ao volume de candidaturas lançadas, mantendo a estratégia de “liberar” as coligações em nível local mesmo após o impeachment.

Observando-se os três maiores partidos, houve o abandono do PT nas coligações para prefeitos, especialmente pelo PMDB. A fratura no âmbito federal repercutiu de forma clara na composição das chapas nos executivos locais. A dinâmica de distanciamento se deu principalmente pelo afastamento dos partidos em relação às candidaturas petistas, e menos pela retração do apoio cedido pelo PT aos demais partidos, assim concluímos que os maiores partidos deixaram de ver os candidatos petistas como eleitoralmente competitivos, e deslocaram sua estratégia de coligações para outros atores. O PSDB aumentou substantivamente número de coligações no nível local. Cabe ainda notar que, em tendência diversa do aumento das coligações, o PSOL apresentou clara estratégia de aumento do isolamento, o que parece indicar sua tentativa de se colocar como o principal partido à esquerda do espectro político do sistema partidário, espaço até então ocupado pelo PT. Tendência que se confirmada em 2018, também poderá resultar no realinhamento, ainda que parcial, desse campo.

A redução do lançamento de candidaturas, provocada, na maior parte, pela migração partidária, atrelada ao esvaziamento das coligações petistas, principalmente pelos partidos relevantes, está associada ao declínio vertiginoso do PT nas eleições de 2016. Analisando longitudinalmente, o ganho de espaço progressivo no âmbito local do PT vinculado aos outros partidos de esquerda foi interrompido. O PSDB é um dos atores beneficiados nesse processo, porém somente de forma relativa, visto que os pequenos partidos de amplo espectro absorveram parte significativa do “espólio petista”. Assim, considerando que o PT e outros

partidos de esquerda constituíam-se, progressivamente, pelos ganhos sucessivos, em força ascendente nas esferas locais, após 2016, tal cenário é interdito e, em largos aspectos, revertido.

#### 4. O eleitorado e os partidos: desalinhamento e aumento da fragmentação no cenário local?

Na atual conjuntura, como visto acima, uma conjunção das crises política e econômica podem ter suscitado alterações nos principais atores que compõem a arena eleitoral: partidos políticos e o eleitorado. Sob tal enfoque, e em face das possíveis mudanças de estratégia dos principais atores políticos, também analisaremos os indícios de alterações no comportamento e vínculos entre partidos e eleitorado. Para isso, consideraremos os padrões encontrados nos pleitos anteriores (eleições 2012 e 2008) aos encontrados nas eleições de 2016 para as prefeituras. Assim, cabe dimensionar a extensão das alterações nos padrões de desempenho eleitoral, analisando sob perspectiva longitudinal.

**Tabela VI. Desempenho eleitoral dos partidos para as disputas pelo Executivos Locais**

|                                    | 1992 |       | 1996 |       | 2000 |       | 2004 |     | 2008 |       | 2012 |       | 2016 |       |
|------------------------------------|------|-------|------|-------|------|-------|------|-----|------|-------|------|-------|------|-------|
|                                    | N    | %     | N    | %     | N    | %     | N    | %   | N    | %     | N    | %     | N    | %     |
| <b>PMDB</b>                        | 1605 | 23,45 | 1306 | 22,55 | 1256 | 18,99 | 1058 | 19  | 1203 | 21,60 | 1027 | 18,44 | 1037 | 18,62 |
| <b>PSDB</b>                        | 317  | 16,62 | 926  | 17,76 | 989  | 15,64 | 871  | 16  | 971  | 17,43 | 695  | 12,48 | 807  | 14,49 |
| <b>PT</b>                          | 54   | 2,05  | 114  | 3,36  | 187  | 7,36  | 410  | 7   | 558  | 10,02 | 639  | 11,47 | 255  | 4,58  |
| <b>DEM</b>                         | 965  | 16,79 | 935  | 18,42 | 1026 | 14,29 | 796  | 14  | 495  | 8,89  | 278  | 4,99  | 267  | 4,79  |
| <b>PSD</b>                         | 0    | 0     | 0    | 0     | 0    | 0     | 0    | 0   | 0    | 0     | 497  | 8,92  | 541  | 9,71  |
| <b>PDS/PP</b>                      | 363  | 11,26 | 627  | 11,1  | 618  | 9,87  | 550  | 10  | 552  | 9,91  | 476  | 8,55  | 493  | 8,85  |
| <b>PL /PR</b>                      | 165  | 4,02  | 224  | 4,2   | 234  | 7,00  | 390  | 7   | 383  | 6,88  | 274  | 4,92  | 298  | 5,35  |
| <b>PSB</b>                         | 48   | 2,69  | 150  | 2,39  | 133  | 2,64  | 147  | 3   | 310  | 5,57  | 442  | 7,94  | 417  | 7,49  |
| <b>PTB</b>                         | 303  | 6,89  | 384  | 7,15  | 398  | 7,94  | 442  | 8   | 412  | 7,40  | 297  | 5,33  | 262  | 4,70  |
| <b>PDT</b>                         | 377  | 7,79  | 434  | 5,17  | 288  | 5,49  | 306  | 5   | 351  | 6,30  | 306  | 5,49  | 335  | 6,01  |
| <b>Outros</b>                      | 1373 | 8,44  | 470  | 7,9   | 441  | 10,78 | 600  | 11  | 335  | 6     | 639  | 11,47 | 858  | 15,41 |
| <b>Médios Direita<sup>1</sup></b>  | 831  | 22,17 | 1235 | 22,45 | 1250 | 24,81 | 1382 | 25  | 1347 | 24,19 | 1544 | 27,72 | 1594 | 28,61 |
| <b>Médios Esquerda<sup>2</sup></b> | 425  | 10,48 | 584  | 7,56  | 421  | 8,13  | 453  | 8   | 661  | 11,87 | 748  | 13,43 | 752  | 13,5  |
| <b>Total</b>                       | 4197 | 100   | 5100 | 100   | 5129 | 100   | 4970 | 100 | 5235 | 100   | 4931 | 100   | 4712 | 100   |

A primeira descontinuidade relevante demonstrada na tabela VI é a queda do número de prefeituras governadas pelos principais partidos políticos, o menor nível desde 1992. Algo que reflete o aumento do lançamento de candidaturas e das coligações tanto nas eleições proporcionais como majoritárias no âmbito local. De acordo com Gallagher (2017), a tendência de crescimento do número efetivo de partidos em âmbito nacional, também se reflete nas arenas de competição e nos resultados das eleições locais. É digno de nota que padrão similar esteja sendo observado no contexto brasileiro e, nesse caso, em face da crise, não mais por conta dos principais partidos, que embora ainda apresente maior capacidade de elegerem prefeitos, encontram-se cada vez mais desafiados pelos competidores minoritários, principalmente os partidos médios de direita e os pequenos e micro partidos. Configurando-se, assim, processo de desvinculação do eleitorado em relação a partidos mais antigos do sistema partidário, o que poderia levar a um desalinhamento parcial (Carreras et al, 2013).

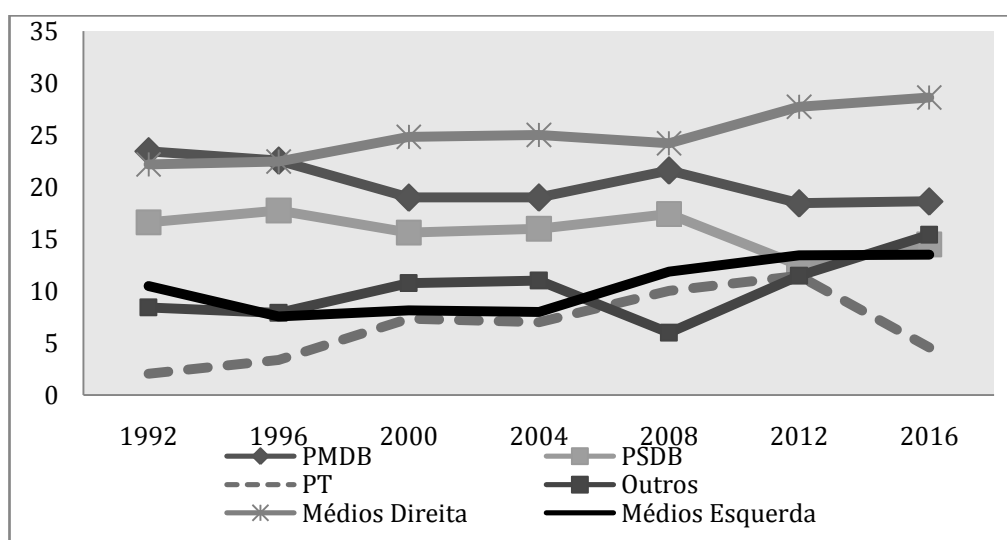
Parte desse declínio está associado também à queda no desempenho eleitoral do PT, com uma redução de 7,5% de prefeituras considerando os pleitos de 2012 e 2016. Embora, parcela desse espólio tenha sido absorvida pelo PSDB, que cresceu o número de prefeituras conquistadas de 12,4% em 2012 para 14,4% em 2016, após declínios expressivos nos pleitos anteriores. No tocante ao PMDB, nota-se uma relativa continuidade do desempenho nas eleições de 2012 e 2016. Em larga medida, como apresenta o gráfico I, o PMDB demonstra uma tendência de longo prazo de relativa estabilidade na sua capacidade eleitoral local, desempenho herdado do contexto de expansão experimentada ao longo do período de oposição ao regime militar e da redemocratização (Kinzo, 1988).

Portanto, o espaço nas prefeituras municipais é disputado de modo relevante não apenas pelos principais partidos: PT, PSDB e PMDB, mas também pelos médios e pequenos; com destaque ao PSB, que apresenta o segundo maior crescimento desde 2002. Ademais, também se deve considerar a emergência recente de novos atores, tal qual o PSD, que demonstra relativa força eleitoral nos municípios – absorvida principalmente de partidos como o Democratas e o

PSDB. Ao lado do PT, assim como no caso dos lançamentos de candidaturas, os partidos médios de esquerda apresentavam crescimento linear no desempenho eleitoral após a chegada de Lula à Presidência em 2003.

Por outro lado, os partidos médios de direita demonstram estabilidade no período (cabe ressaltar que compuseram a base do governo Lula ( 2003-2010)). É importante salientar que, no contexto de 2016, o declínio do PT beneficiou principalmente os partidos médios de direita, pequenos e micropartidos. Os médios de esquerda permaneceram ainda relativamente estáveis em termos de prefeituras. Em parte isso reflete a mudança das alianças e coligações, como a alteração de estratégia do PSB, desde 2014 mais próximo do PSDB.

**Gráfico III. Desempenho eleitoral dos partidos para o Executivo Municipal**



Fonte: Elaboração dos autores com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Em relação aos vereadores, o diagnóstico é bastante semelhante, embora, como demonstra a tabela VII, entre os principais partidos, o PSDB tenha perdido maior capacidade eleitoral ao longo do tempo – considerando as eleições municipais desde 2004. Por outro lado, diferente do caso das disputas pelas prefeituras, o PMDB também apresenta declínio no desempenho eleitoral pelas cadeiras legislativas, e o espaço ocupado pelos partidos menores também é relativamente maior no que se refere às prefeituras. No caso dos legislativos municipais, o declínio

eleitoral do PT no ano de 2016 foi mais impactante, próximo da metade do desempenho obtido nas eleições de 2012.

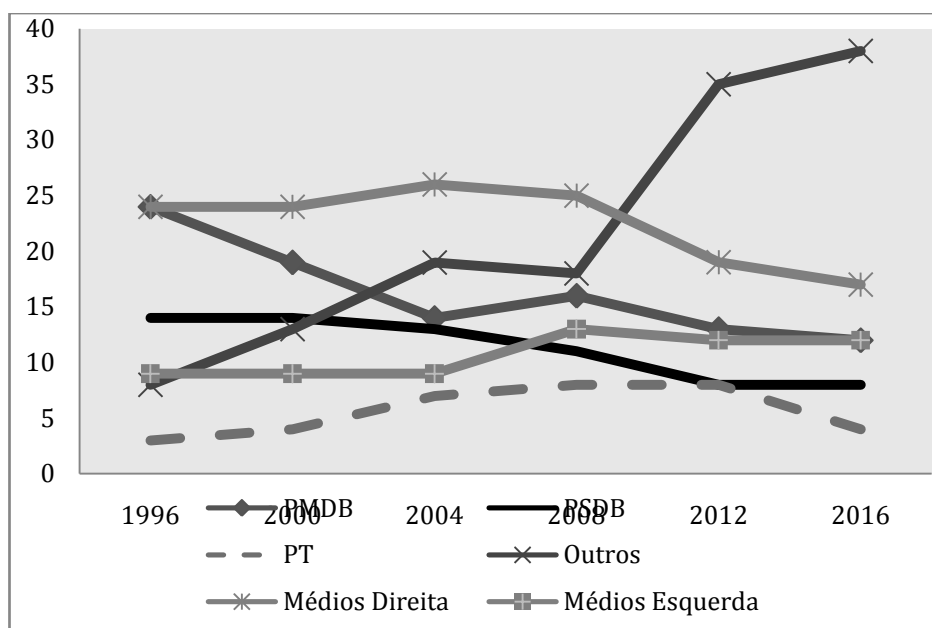
Contrariamente às disputas pelos executivos locais, no Legislativo o PSDB conseguiu apenas marginalmente ocupar o espaço deixado pelo PT. Os mais favorecidos foram legendas menores, particularmente as de esquerda. No entanto, se o PT, apresentou, em 2016, declínio abrupto do desempenho eleitoral, os Democratas continuaram a aprofundar sua longa e linear corrosão nas bases municipais. Portanto, em síntese, como demonstra o gráfico VI, o cenário de crise do PT, observado pelos resultados nas eleições de vereadores, levou a ganhos e perdas, ou, em alguns casos, somente a ganhos marginais reduzidos, comparativamente aos outros competidores relevantes – PSDB e PMDB. Seguramente, resultando em maiores níveis de fragmentação nas câmaras municipais, assim como bases de apoio locais mais fluídas para eleições de 2018, com algum espaço relativo de crescimento para as legendas menores.

**Tabela VII. Número de cadeiras eleitas por partido para Legislativos municipais**

|                                    | 1996  |     | 2000  |     | 2004  |     | 2008  |     | 2012  |     | 2016  |     |
|------------------------------------|-------|-----|-------|-----|-------|-----|-------|-----|-------|-----|-------|-----|
|                                    | N     | %   | N     | %   | N     | %   | N     | %   | N     | %   | N     | %   |
| <b>PMDB</b>                        | 11389 | 24  | 1067  | 19  | 7399  | 14  | 8478  | 16  | 7969  | 13  | 7571  | 12  |
| <b>PSDB</b>                        | 6754  | 14  | 7690  | 14  | 6566  | 13  | 5893  | 11  | 5260  | 8   | 5371  | 8   |
| <b>PT</b>                          | 1546  | 3   | 2234  | 4   | 3679  | 7   | 4165  | 8   | 5185  | 8   | 2808  | 4   |
| <b>PP</b>                          | 6238  | 13  | 6805  | 12  | 5457  | 11  | 5124  | 10  | 4938  | 8   | 4747  | 7   |
| <b>DEM</b>                         | 8164  | 17  | 9050  | 16  | 6067  | 12  | 4810  | 9   | 3285  | 5   | 2907  | 5   |
| <b>PTB</b>                         | 3029  | 6   | 4450  | 8   | 4176  | 8   | 3935  | 8   | 3581  | 6   | 3058  | 5   |
| <b>PR</b>                          | 2350  | 5   | 2490  | 4   | 3806  | 7   | 3536  | 7   | 3191  | 5   | 3031  | 5   |
| <b>PDT</b>                         | 3311  | 7   | 3332  | 6   | 3252  | 6   | 3524  | 7   | 3663  | 6   | 3765  | 6   |
| <b>PSB</b>                         | 956   | 2   | 1553  | 3   | 1805  | 3   | 2951  | 6   | 3555  | 6   | 3637  | 6   |
| <b>Outros</b>                      | 3745  | 8   | 7232  | 13  | 9612  | 19  | 9560  | 18  | 22324 | 35  | 23800 | 38  |
| <b>Médios Direita<sup>1</sup></b>  | 11617 | 24  | 13745 | 24  | 13439 | 26  | 12595 | 25  | 11710 | 19  | 10836 | 17  |
| <b>Médios Esquerda<sup>2</sup></b> | 4267  | 9   | 4885  | 9   | 5057  | 9   | 6475  | 13  | 7218  | 12  | 7402  | 12  |
| <b>Total</b>                       | 47482 | 100 | 55483 | 100 | 51819 | 100 | 51976 | 100 | 62951 | 100 | 63337 | 100 |

Fonte: Elaboração dos autores com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

#### **Gráfico IV. Número de vereadores eleitos por partido**



Fonte: Elaboração dos autores com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Para verificar o impacto desse contexto nos elos entre partidos e o eleitorado, optamos por analisar o nível de volatilidade eleitoral das capitais nas eleições majoritárias locais, considerando os três últimos pleitos: 2008, 2012 e 2016. Primeiro, analisamos o índice de volatilidade geral, calculada conforme (Pedersen:1982) e depois apenas considerando os três maiores partidos: PT, PMDB e PSDB. Conforme a tabela abaixo, os resultados demonstram que houve uma redução dos níveis de volatilidade eleitoral (ver no anexo I a tabela por capitais). Assim, apesar do aumento da fragmentação pelo crescimento dos partidos menores, os níveis de volatilidade nas capitais se mantiveram relativamente estáveis, com tendência de tênue redução.

Observando os três maiores partidos: PT, PSDB e PMDB, a média geral do nível de volatilidade reduziu de forma relevante e estatisticamente significativa ( $\text{sig} < 0,05$ ). Excetuando a região sul, em que ocorreu aumento da média dos níveis de volatilidade, em todas as outras regiões, houve redução também estatisticamente significativa da média da volatilidade eleitoral

**Tabela VIII. Volatilidade eleitoral nas capitais por região**

| Média/<br>Região | Todos os Partidos |       | PT-PMDB-PSDB |        |
|------------------|-------------------|-------|--------------|--------|
|                  | 08-12             | 12-16 | 08-12        | 12-18  |
| Centroeste       | 75,92             | 67,76 | 41,86        | 29,72* |



|                    |       |         |       |         |
|--------------------|-------|---------|-------|---------|
| <b>Nordeste</b>    | 58,66 | 52,58   | 34,20 | 18,45** |
| <b>Norte</b>       | 60,12 | 51,79   | 19,54 | 12,31*  |
| <b>Sudeste</b>     | 49,54 | 46,33   | 32,27 | 28,56*  |
| <b>Sul</b>         | 89,80 | 54,33** | 32,19 | 43,68*  |
| <b>Média Total</b> | 61,69 | 53,05   | 30,61 | 21,98** |

Fonte: Elaboração dos autores com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)  
 Teste de diferenças de Média significativos em \* $<0,1$  e \*\*  $<0,05$

Assim, pode-se concluir que a dinâmica de fragmentação não avançou no âmbito das capitais, e que as principais forças ainda mantêm forte controle estratégico desses contextos, visto que são terrenos estratégicos para as eleições nacionais. A tabela abaixo demonstra o número de prefeituras eleitas pelos principais partidos nas 26 capitais. Apesar do aumento da fragmentação e do expressivo declínio do PT, os principais partidos aumentaram o controle nas arenas estratégicas nas capitais, comparativamente com maiores recursos, visibilidade e eleitorado. Nesse contexto, nota-se uma expressiva ocupação de espaço do PSDB em relação ao PT, com a retomada importante da cidade de São Paulo.

**Tabela IX .Número de prefeituras eleitas por partidos nas capitais**

|               | <b>2012</b> |          | <b>2016</b> |          |
|---------------|-------------|----------|-------------|----------|
|               | <b>N</b>    | <b>%</b> | <b>N</b>    | <b>%</b> |
| <b>PT</b>     | 4           | 15       | 1           | 4        |
| <b>PSDB</b>   | 4           | 15       | 7           | 27       |
| <b>PMDB</b>   | 2           | 8        | 4           | 15       |
| <b>Outros</b> | 16          | 62       | 14          | 54       |

Portanto, em termos dos ganhos eleitorais, as eleições de 2016 apresentaram sinais relevantes de inflexão: 1) queda drástica e abrupta no número de prefeituras eleitas pelo Partido dos Trabalhadores (PT), inclusive nas principais capitais; 2) aumento relativo do sucesso eleitoral do PSDB nas eleições para prefeitos e vereadores; 3) divisão dos “espólios eleitorais do PT”, principalmente entre os pequenos e médios partidos; 4) Manutenção do controle pelos principais partidos das capitais, ditado pelo avanço do PSDB em 2016. Em perspectiva, ao lado de PMDB

e PSDB, o PT acumulou ganhos expressivos e sucessivos no âmbito local até o pleito de 2012, apresentando-se como uma força com paulatino ganho de espaço no cenário eleitoral municipal brasileiro. Desse modo, exercendo papel estruturante, elemento não apenas restrito ao cenário das disputas nacionais, como usualmente destacado na literatura (Limongi e Cortez, 2010).

Assim, os resultados de 2016 apresentam uma interrupção dessa dinâmica, que levou os dois outros partidos a continuarem a ocupar posições de liderança, porém com poucos ganhos eleitorais efetivos decorrentes do declínio petista. Em termos eleitorais, ao contrário da ocorrência de uma dinâmica de reposicionamento imediato dos atores centrais ou a emergência de novos competidores relevantes – tal como frequente em outras democracias – nota-se um processo de enfraquecimento sem substituto imediato de uma força que exerceu papel estabilizador no sistema político e partidário brasileiro após a redemocratização.

## **5.Votos nulos, Brancos e Preferência Partidária: crise econômica com crise de representação?**

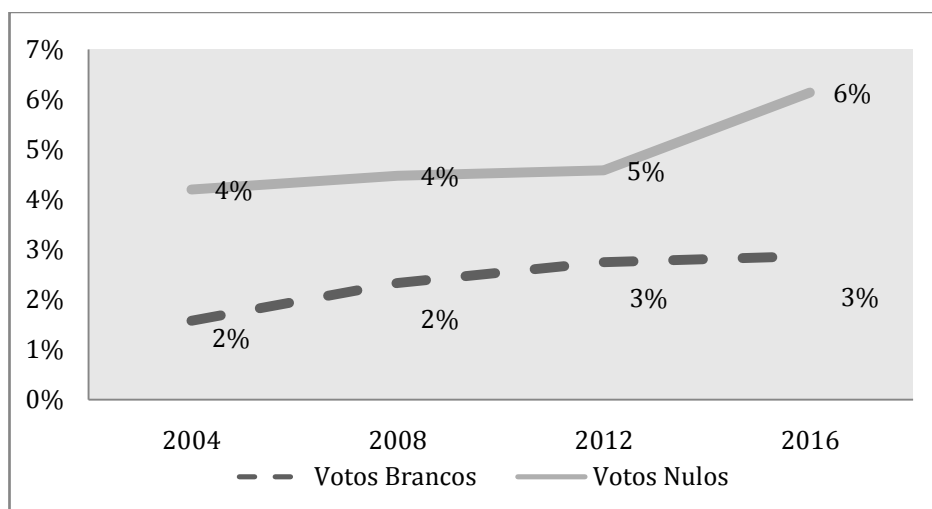
### **5.1 Votos Brancos e Nulos**

No tocante aos votos brancos e nulos, nota-se, ao menos, duas perspectivas relevantes na literatura brasileira sobre tal comportamento eleitoral. A primeira atribui ao baixo nível de sofisticação do eleitorado, tal argumento é fundamentado na tendência de redução dos níveis de votos brancos e nulos após a adoção progressiva da urna eletrônica (Nicolau, 2004). E de outro, perspectiva que aponta para natureza de protesto e desafeição do eleitorado em face da classe política, evidenciada por tal comportamento, destacadamente entre os eleitores mais educados (Borba, 2008; Borba *et al*, 2014).

Para além desse relevante debate, na conjuntura de crise, o eleitorado pode ser incentivado a participar pelo aumento da competitividade entre os principais atores e partidos. Assim como também pode rejeitar os competidores e as opções ofertadas pelos partidos políticos, aumentando à “alienação eleitoral”

(Santos, 1987). O gráfico abaixo demonstra o volume de votos brancos e nulos em relação ao eleitorado ao longo do tempo.

Tabela V. votos brancos e nulos ao longo do tempo 2004-2016



Fonte: Elaboração dos autores com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Nota-se tendência de estabilidade dos votos brancos nas eleições de 2016. No caso dos votos nulos houve tênue crescimento de 1%, chegando à 6% do eleitorado. Em geral, é possível concluir pela estabilidade do “comportamento alienado”: mesmo diante da crise o eleitor que compareceu às urnas optou pelo menu de candidatos oferecido pelos partidos políticos. Cabe salientar que, em relação ao crescimento dos votos nulos, é difícil precisar suas causas exatas, visto que fatores como erros podem estar presentes, ainda mais diante do envelhecimento progressivo do eleitorado.

## 5.2 PreferênciaPartidária

Partidos políticos são imprescindíveis na estruturação das preferências eleitorais, dentre os indicadores frequentemente utilizados para acessar os padrões de ancoragem no eleitorado, a preferência partidária ocupa papel relevante. Seja baseado em uma perspectiva comportamentalista/culturalista, na qual a *partisanship* impacta diretamente na estruturação dos sistemas de crenças políticas (Campbell, Converse, Miller, e Stokes 1960; Dalton e Wattenberg 2000). Ou ainda, baseado na *rationalchoice*, cujo partidarismo exerce função heurística

relevante na “economia” da participação, através da redução dos custos individuais nas escolhas eleitorais (Downs, 1999).

No contexto das novas democracias, com trajetórias descontínuas de inserção dos cidadãos na vida democrática, o partidarismo propicia ao eleitorado um mapa mental fundamental diante das novidades, instabilidades, crises e incertezas. Ou seja impacta na avaliação dos atores, políticas e principalmente nas escolhas eleitorais (Lupu, 2015). Como colocam Weisberg e Greene (2003, p.115) “party identification is the linchpin of our modern understanding of electoral democracy, and it is likely to retain that crucial theoretical position.”

Tal qual demonstra Samuels (2006), ao analisar a distribuição das preferências partidárias no Brasil até o término do mandato do primeiro governo Lula, o PT possuía papel estruturante ao aglutinar grande parte do eleitorado identificado com algum partido político (Kinzo, 2005; Samuels 2006). Em relação aos demais partidos, o autor aponta para prevalência de um tênue partidarismo, vinculado ao personalismo e aos contextos “tradicionais” de relação política. Além disso, considerando o denominado escândalo do “mensalão” em 2005, também salienta que envolvimento em escândalos de corrupção podem impactar negativamente os vínculos partidários com o eleitorado (Samuels, 2006, p.20).

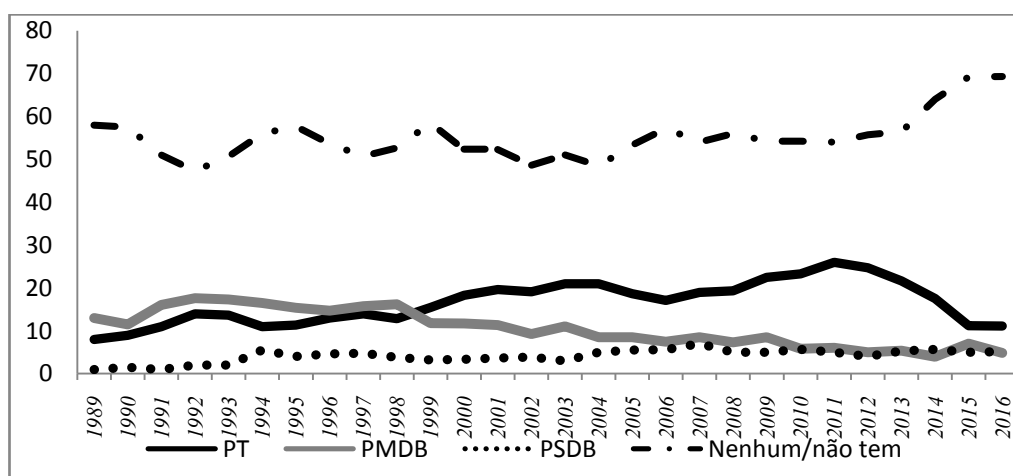
Neste estudo, para avaliar eventuais descontinuidades, que corroborem na compreensão do processo eleitoral de 2016, consideramos a média das preferências partidárias anuais via pesquisas de opinião pública em perspectiva longitudinal. Para isso, foram coletados todos os surveys que foram realizados pelo Instituto DataFolha – totalizando 143 levantamentos, representativos do eleitorado nacional, considerando o período de 1989 até 2016. Como demonstra o gráfico III, a preferência em relação ao PT apresentou importante retração após o ano de 2013 – o partido nunca recuperou similar prestígio desfrutado no período anterior às chamadas “jornadas de junho”.

Após o declínio de 2005, o PT consegue restaurar os níveis de preferência social, atingindo o maior apoio da sua história; com cerca de 26% de preferência no eleitorado em 2011. Porém, no contexto da crise atual, o partido atinge o patamar dos 11% em 2016, valor médio idêntico ao registrado no ano de 1991

na série histórica. Em que pese, contudo, o PT ainda apresenta o maior nível relativo médio de preferência partidária, o que pode ajudá-lo a se reestruturar.

De modo análogo aos padrões de desempenho eleitoral, o declínio da preferência partidária no caso petista não foi acompanhado pelo crescimento substantivo dos demais partidos ou de algum partido em específico, principalmente considerando PSDB e PMDB - respectivamente os dois outros partidos com maiores níveis de preferência partidária. Desse modo, constata-se uma queda geral dos níveis de *partisanship*, algo que também pode ser verificado em outros países, que experimentaram crises econômicas e políticas semelhantes à brasileira, como no Sul da Europa (Morlino e Raniolo, 2017). Ao analisar contextos intraorganizacionais e seus efeitos sistêmicos na Europa, Ignazi (2017) sugere uma crise da socialdemocracia e em paralelo ao crescimento dos partidos populistas, personalismo e da extrema direita e esquerda – exemplos mais relevantes e recentes são o declínio do Partido Socialista Francês, do PSOE na Espanha e a ascensão do MS5 na Itália, conquistando principalmente a prefeitura de Roma, além do crescimento eleitoral de Corbyn no UK. No Brasil, esses resultados reforçam o crescimento do descrédito e desconfiança nos atores partidários, resultando em forte apartidarismo.

## VI. Preferência Partidária (1989-2016)



Fonte: Elaboração dos autores com dados do de 143 Surveys do DataFolha.

O declínio do PT na sociedade antecipou em larga medida os resultados do partido nas eleições municipais de 2016, e possivelmente tornou-o menos atrativo às candidaturas, e na tessitura de alianças eleitorais via coligações. A imagem pública ou a marca “PT”, que era um ativo positivo para atração de candidatos viáveis em pleitos municipais anteriores, tornou-se um custo, estimulando migrações de candidatos para outros partidos e impactando no desempenho eleitoral do partido (Specket *al*, 2017).

### **Considerações Finais**

A eleição de 2016 finda um ciclo iniciado de crescimento do PT e outros partidos aliados de esquerda em âmbito local após 2003. Assim, nota-se um processo de interrupção de uma tendência de crescimento progressivo, principalmente pelo declínio da força eleitoral do PT, principal partido estruturador do campo da esquerda do sistema partidário brasileiro. No tocante à queda do desempenho eleitoral do partido, verifica-se três explicações relevantes: 1) queda no lançamento de candidaturas, tanto para vereadores como para prefeitos – algo parcialmente explicado pela migração das candidaturas viáveis para outros partidos. 2) Redução das coligações, principalmente com PMDB, PSD e PSB. 3) queda relevante da preferência pelo PT no eleitorado, beirando níveis próximos do início da década dos 90.

O espaço deixado pelo PT foi ocupado em parte pelo PSDB e PMDB, com predominância nas capitais; algo evidenciado também pela redução importante dos níveis de volatilidade eleitoral considerando: PT PMDB e PSDB – os principais partidos ainda mantém controle importante das capitais. Nos outros municípios, os beneficiários foram os pequenos e médios partidos, algo que sinaliza para tendência de crescimento de tais forças nas eleições nacionais de 2018; com potencial de aumento da fragmentação no legislativo. Os apoios nos municípios serão mais fluidos, de partidos menos estruturados, e com menor controle dos maiores partidos, principalmente no âmbito da esquerda.

Por fim, conclui-se que 2016 interrompe uma dinâmica de alinhamento de longo prazo em âmbito local, capitaneado, de um lado, pelo crescimento progressivo do PT e outros partidos de esquerda *vis-à-vis* ao declínio de forças

importantes localmente como o Democratas. E de outro, pela manutenção da proeminência do PMDB, seguido pelo PSDB, ainda que com alguns sinais de retração no âmbito local até 2012. Após 2016, notam-se alguns indícios da emergência de um novo eixo PMDB-PSDB, disputando espaço em meio ao crescimento dos pequenos e médios partidos. Tais evidências nos levam a concluir que as eleições críticas de 2016 foram na direção de um movimento, ainda a ser confirmado em 2018, de um realinhamento parcial do sistema partidário, com os campos da esquerda e centro esquerda mais desestruturados, visto que enquanto o PT foi o partido que mais perdeu apoio desse eleitorado, o PMDB, se aproximou do PSDB em suas estratégias eleitorais. E o campo da direita aumentou a fragmentação, com o declínio mais acentuado do Democratas.

### **Referências Bibliográficas**

ABRAMOWITZ e SAUNDERS and Saunders Ideological realignment in the American electorate. *Journal of Politics* 60:634-652., 1998

BOHN, S.; PAIVA, D. Sistema Partidário de Volatilidade Eleitoral no Brasil: um estudo sobre a dinâmica inter-regional. Trabalho apresentado no 31º Encontro Anual da ANPOCS, 2007.

BORBA, J. As bases sociais e atitudinais da alienação eleitoral no Brasil. *Revista Debates*, v. 2, p. 134-157, 2008

BRAGA, MSS; PIMENTEL JR., J. Estrutura e organização partidária municipal nas eleições de 2012. *Cadernos Adenauer* XIV, 2: 13-36, 2013.

\_\_\_\_\_. RIBEIRO, PF e AMARAL, O. El sistema de partidos en Brasil: estabilidad e institucionalización (1982-2014) In: Flavia Freidenberg (Ed.). *LOS SISTEMAS DE PARTIDOS EN AMÉRICA LATINA 1978-2015: ConoSur y Países Andinos*. Cidade do México, Universidad Nacional Autónoma de México e Instituto Nacional Electoral. 2016

\_\_\_\_\_. "Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados". *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 4, p. 43-72. 2010

\_\_\_\_\_. O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-

2002). São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2006.

CAMPBELL, A.; CONVERSE, P. E.; MILLER, W. E.; STOKES, D. E. The American voter. New York: Wiley, 1960

CORDERO e MONTERO (2015) Against Bipartyism, Towards Dealignment? The 2014 European Election in Spain, *South European Society and Politics Review*, pp. 357-79, 2015

DALTON, R J., MCAILLISTER, WATTENBERG M, "The Consequences of Partisan Dealignment", in Russell J. Dalton y Martin P. Wattenberg (eds.), *Parties without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies*, New York, Oxford University Press, 2000

DOWNS, A. Uma teoria econômica da democracia. São Paulo: Edusp, 1999

GALLAGHER, M., *Election indices dataset*, available at:  
[http://www.tcd.ie/Political\\_Science/staff/michael\\_gallagher/EISystems/index.php](http://www.tcd.ie/Political_Science/staff/michael_gallagher/EISystems/index.php), 2017

IGNAZI, P. Party Legitimacy, Party Institutionalization and Political Change, APSA annual meeting, San Francisco, 2017

KEY V.O, Jr., "A Theory of Critical Elections," *Journal of Politics* 17 (1955), 3-18, 1955

KEY, V, O, "Secular Realignment and the Party System," *Journal of Politics* 21, 198-210, 1959.

KINZO, M. D. A. G, Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB, 1966-1979. São Paulo, Vértice/Idesp. 1998.

KINZO, M. D. A. G. "Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, nº 57, p. 65-81, 2005.

LIMONGI, F.; CORTEZ, R. As eleições de 2010 e o quadro partidário. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 88, pp. 21-37, 2010.

LUPU N, , "Partisanship in Latin America", en Ryan E. Carlin, Matthew M. Singer y Elizabeth J. Zechmeister (eds.), *The Latin American Voter: Pursuing Representation and Accountability in Challenging Contexts*, Ann Arbor, University of Michigan Press, 2015



MACDONALD, S. E.; RABINOWITZ, G. 'The Dynamics of Structural Realignment', *American Political Science Review* 81: 775-796, 1987.

MCADAM, D.; TARROW, S. "Movimentos sociais e eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação". *Sociologias*, vol. 13, n° 28, p. 18-51, 2011.

MORLINO L.; RANIOLO, F., *The Impact of the Economic Crisis on South European Democracies*, Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2017.

NORRIS, P.; EVANS G. (1999). 'Introduction: Understanding Electoral Change'. In *Critical Elections: British Parties and Voters in Long-term Perspective*. London, Sage, 1999.

NICOLAU, J. A participação eleitoral: evidências sobre o caso brasileiro. Coimbra, VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. 2004. \_\_\_\_\_. A participação eleitoral no Brasil. In: VIANA, L. W. *A democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

RIBEIRO, P. F. 2010. Velhos e novos companheiros: coligações eleitorais nos municípios do "GT79" (1996-2008). In: S. Krause; H. Dantas e L. F. Miguel (orgs.), *Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira: Perfis e Tendências*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer Stiftung; São Paulo: Editora Unesp.

ROMA, C. & BRAGA, M. S. S. Sistema partidário, eleições e a questão federativa no Brasil (1986-2000). In: PINTO, C. J.; SANTOS, A. M. (orgs). *Partidos no Cone Sul: novos ângulos de pesquisa*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer, 2002.

SOUSA BRAGA, M. As eleições brasileiras de 2014: balanço dos resultados e implicações político-institucionais. *Revista Sociedade & Política*, V.32 N.15, 2016.

SAMUELS, D. "Sources of Mass Partisanship in Brazil." *Latin American Politics and Society*, vol.48, n°2, p.1-27, 2006.

SCOTTO, T. J. Conclusion: thinking about models of economic voting in hard times.

Electoral Studies, 31, 529–531, 2012.

SCHMITT, H; HAROARSON, H; O; ONNUDOTTIR, Critical Election in the Wake of an Economic and Political Crisis:

Realignment of Icelandic Party Voters? Scandinavian Political Studies, Vol. 40, pp. 157-181, 2016

SILVA, R.; GIMENES, E. R.; BORBA, J.; RIBEIRO, E. A. Votos Brancos e nulos no Brasil: bases cognitivas e atitudinais. Teoria & Pesquisa, 23(2), 2014, p. 58-75.

SANTOS, W. G. Crise e castigo: partidos e gerais na política brasileira. Rio de Janeiro: Editora Vértice/IUPERJ, 1987.

TEPEROGLOU, E. & TSATSANIS, E. 'Dealignment, de-legitimation and the implosion of the two-party system in Greece: the earthquake election of 6 May 2012', Journal of Elections, Public Opinion and Parties, vol. 24, no. 2, pp. 222–242, 2014

WEISBERG, H e GREENE. The political psychology of party identification. In Michael MacKuen and George Rabinowitz, eds. Electoral Democracy. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2003.